



Cópia X Falsificação.

Expediente:

Revista: Reflexões sobre Arte Visual

Publicação Atual e Anteriores:

<http://www.artevisualensino.com.br/index.php/revista-reflexoes-sobre-arte-visual>

Editor/Autor: Professor Doutor *Isaac A. Camargo*

Dados sobre o autor – Plataforma Lattes:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4790878E4>

Edição:

v.1 n.8 dezembro 2020

Periodicidade: quinzenal

Capa: Mona Lisa de Leonardo da Vinci (Louvre, França) ao lado de uma cópia convertida em P&B e invertida.

APRESENTAÇÃO

*A revista **Reflexões sobre Arte Visual** tem por finalidade discorrer à respeito de obras de Arte, períodos, artistas, situações e acontecimentos no intuito de difundir conteúdos neste campo do conhecimento a partir de meus projetos e proposições de ensino e produção artística.*

Os temas escolhidos para os artigos dizem respeito a Arte Visual como um fenômeno cultural e suas relações com o contexto social.

Os conteúdos aqui publicados tem a finalidade de difundir conhecimentos no campo da Arte Visual sob o ponto de vista do autor.

É permitida a reprodução total ou parcial dos trabalhos desde que citada a fonte.

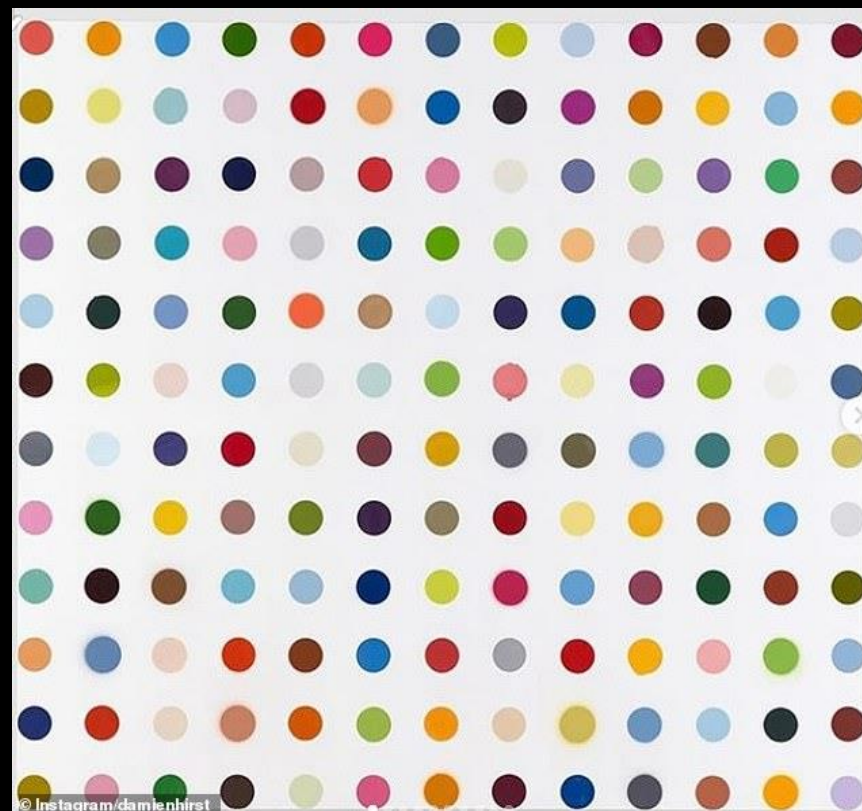
O acesso é público e gratuito.

Esta publicação é informativa e não tem qualquer finalidade comercial.

Qualquer pessoa ou instituição que se sentir prejudicada em relação aos conteúdos, informações e imagens aqui apresentadas, devem entrar em contato: isaac_camargo@hotmail.com

PRÓLOGO

Em novembro de 2020, *Sebastian Shakespeare*, escreveu no *Scottish Daily Mail* um texto revelando que Damien Hirst havia comprado, no Ebay, uma cópia mal feita de uma de suas obras “Spot”, por 10 libras, pouco mais de 70 reais e que a teria assinado. Com isto instaurou-se uma nova polêmica: uma cópia ou falsificação poderia ser reconhecida como Obra de Arte?



Há risco disto acontecer?
Isto é legítimo? As
reproduções são Obras de
Arte ou simulacros? Qual o
risco disto integrar o sistema
de Arte? Hirst teria coragem
de revende-la?

Obviamente todas estas questões habitam o contexto crítico no campo da Arte Visual e suscitam várias discussões em torno da validade e da validação de uma Obra de Arte, inclusive a questão da falsificação, que paira sempre sobre a descoberta de uma ou outra obra encontrada aqui e ali. O fato ou boato de que Hirst teria assinado uma cópia mal feita de sua obra, inclusive batizado de “Antibiótico” coloca em xeque a questão da validação feita por especialistas quando há dúvidas ou suspeita de falsificação.

Ao fazer isto Hirst tanto polemiza a questão da autoria, quanto admite a presença das “cópias” numa espécie de mercado paralelo e escuso no qual as reproduções podem concorrer com as Obras de Arte. Isto não é incomum no contexto ou no mercado de Arte na medida em que fazer cópias de Obras de Arte sempre foi uma fonte de renda para muitos artistas, a questão é se uma cópia pode concorrer ou ser valorada no mesmo patamar da obra original.

Em 2006, segundo o site Artlyst, Richard Silver, um corretor de imóveis, fotógrafo e investidor em Obras e Arte, adquiriu, também no site de compras Ebay, uma série de “Obras” de Damien Hirst, por coincidência, da mesma série “Spots”, e as revendeu, em 2008, no mesmo site para compradores da Grã-Bretanha, Canadá e Estados Unidos. O mais grave é que Richard Silver também usou documentos falsos de validação das obras alegando que as mesmas vieram com certificados de autenticidade e que os havia repassado.

Recentemente, por conta de processos movidos contra ele, admitiu o engodo e foi condenado à prisão e a ressarcir os valores às pessoas que havia ludibriado. Mas e Hirst? Ao assinar uma obra feita pelo mesmo “reprodutor” que as veicula e vende no Ebay, não estaria contribuindo para a manutenção deste engodo e reforçando outras pessoas a fazerem o mesmo? Segundo sua assessoria, ele apenas assinou a obra e a mantém em sua coleção pessoal e não pretende vendê-la, mas o risco permanece...

Cópia ou Falsificação?

No caso Hirst, está claro que não são cópias, mas falsificações. Portanto vale a pena discutir este assunto para melhor entendê-lo. Ao longo do tempo muitas Obras de Arte foram copiadas, inclusive, fazia parte do processo de aprendizagem acadêmico, portanto, não eram equivalentes às obras originais nem as substituíam ou concorriam com ela. Muitos copistas eram autorizados pelos museus a realiza-las.

Neste caso, era clara a intenção de reproduzir obras mestras que poderiam ou não entrar no sistema de acordo com o interesse do reprodutor ou do comprador, mas, neste caso, estava claro que eram “cópias” e não originais, inclusive os copistas as identificava como tais e não valiam como ela. A Falsificação é diferente, quem a faz procura imitar o comportamento do artista nos seus mínimos detalhes, tenta produzir uma obra como se fosse o próprio autor, inclusive assina como ele, neste caso, é crime.

A lista de falsificadores notórios é grande e têm provocado prejuízos milionários ao mercado de Arte, enganando colecionadores, críticos, marchands, galerias e casas leiloeiras. Entre eles podem ser destacados alguns: William Sykes (século XVIII), Icilio Federico Joni (1866 – 1946), Eric Hebborn (1934 – 1996), Han van Meegeren (1889 – 1947), Tom Keating (1917 – 1984), Elmyr de Hory (1906 – 1946), John Myatt (1945), Mark Landis (1955), um dos mais talentosos é, sem dúvida, Wolfgang Beltracchi (1951).

Beltracchi, depois de descoberto, processado foi condenado à prisão e, depois de cumprir sua pena, voltou à cena artística em 2015 realizando uma mostra em Munique de seus próprios trabalhos, ou seja, seus originais... Mundo complexo este. Nem sempre os falsários são descobertos, portanto, muitas obras atribuídas a artistas famosos podem não ser originais. Os proprietários ou “vítimas” de falsários quase nunca têm coragem de reconhecer o engodo, por isto, circulam.

O Modernismo é o período artístico preferencial dos falsificadores. Muitas das obras mais falsificadas pertencem a esta época. É fácil entender isto considerando alguns fatores relativos a validação de uma obra de Arte. Por exemplo, se há dúvidas sobre uma obra de Da Vinci, os investigadores irão buscar dados relativos não só à obra, mas aos materiais com os quais ela foi produzida, portanto, os pigmentos, aglutinantes, suporte serão testados química e fisicamente.

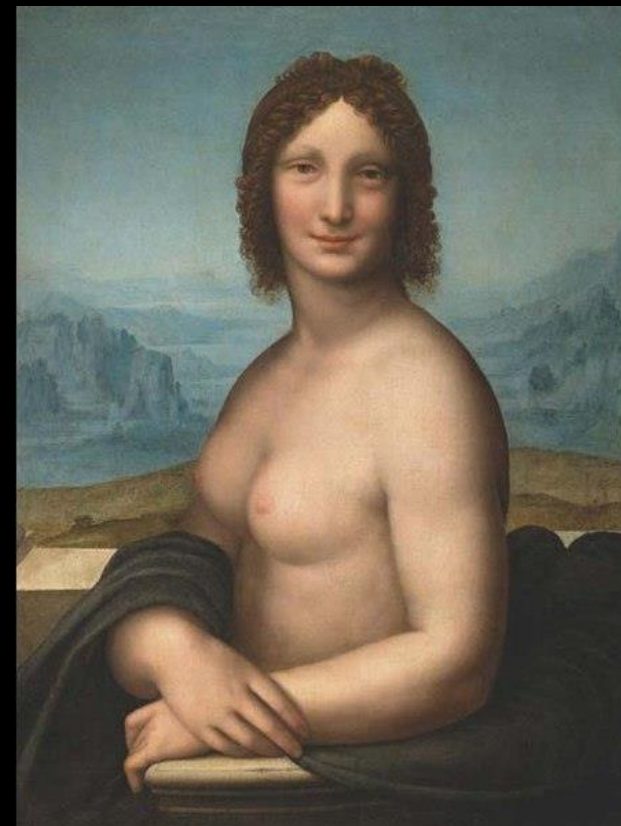
Investigações e testes técnicos facilitarão a datação da obra. Ao mesmo tempo, especialistas sobre o artista serão convidados a dar parecer sobre o estilo, temática e outras particularidades reconhecidas por meio da produção existente e da biografia do autor. No final será feito um relatório consubstanciado deixando claro se a obra é ou não original. Portanto falsificar uma obra de séculos atrás não é fácil. Falsificar uma obra Moderna é menos complicado.

Um dos fatores é a questão da Experimentação que o Modernismo adotou. Os artistas, nem sempre, seguiam os processos tradicionais ou as “regras” ditadas pelas academias e subvertiam materiais, procedimentos e recursos, com isto, boa parte dos testes de datação, materialidade e químicos, são inconclusivos. Outra questão, a liberdade expressiva que os artistas adotaram também complicaram pois podiam mudar o “estilo”, os temas, a maneira de fazer ao longo de sua trajetória artística.

Outro fator relevante é a dificuldade que as primeiras gerações modernas tiveram de acesso ao mercado. Muitas das obras que produziram só foram trazidas à luz, depois de seu falecimento. Muitas estavam em coleções particulares, na propriedade de descendentes, parentes e amigos ou perdidas o que dificulta bastante a verificação da originalidade das mesmas. É o caso das supostas 272 obras de Picasso que surgiram em 2010 e que pertenciam a um eletricista cuja alegação era terem sido dadas pelo artista em paga a serviços prestados.

Tais fatores facilitam a vida dos falsários e complicam a dos especialistas, portanto, é provável que a produção “paralela” de Obras e Arte não se extinguirá tão cedo. Ao mesmo tempo, os processos de reprodução técnica por meio da fotografia e das recentes tecnologias de impressão contemporâneas tanto no que diz respeito à reprodução, quanto no que diz respeito à falsificação, acabam facilitando a manutenção deste mundo “paralelo”, pois nele, não há regras...

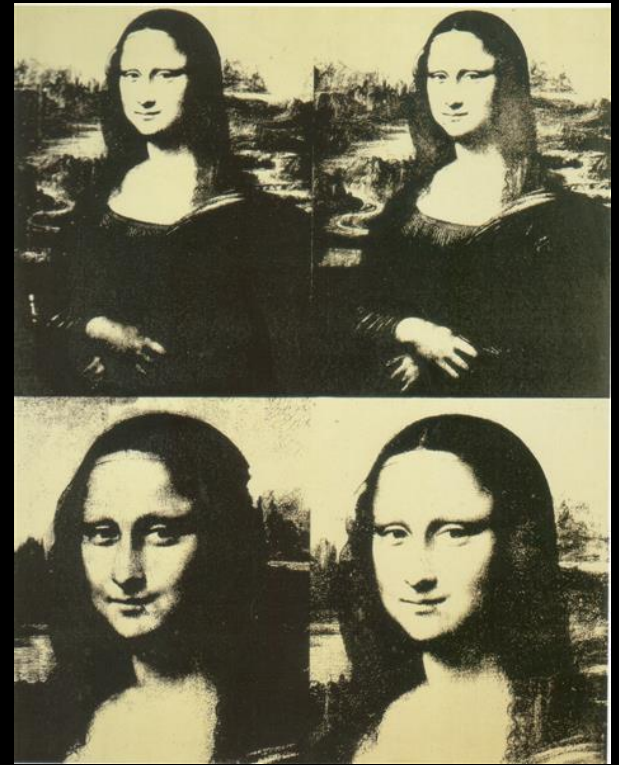
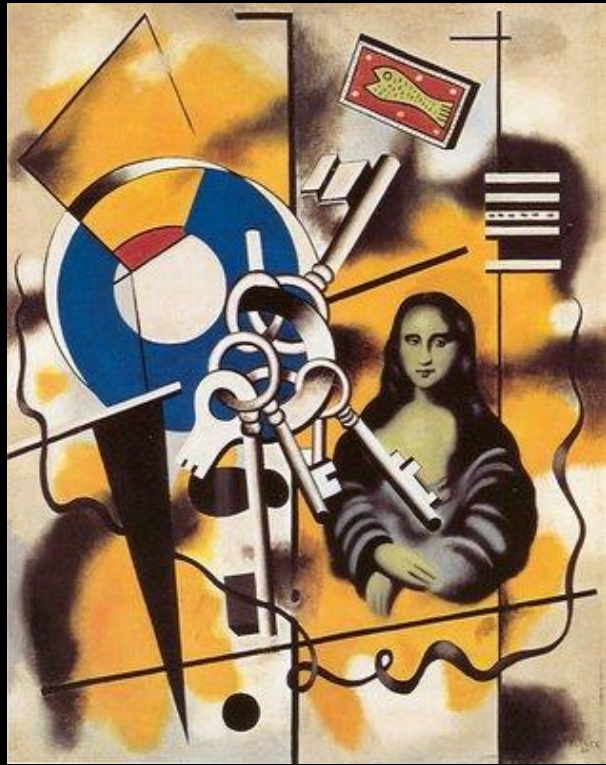
O advento da internet também facilitou o acesso ao mercado nacional e internacional, inclusive, de Obras de Arte. Galerias e leilões virtuais são uma ocorrência comum na atualidade. A ampliação do acesso também aumentou possibilidade de falcaturas e muito mais a dificuldade de encontrar os responsáveis por elas. Em muitos países em que são perpetradas, não há legislação adequada para controlar este “mercado obscuro”, portanto, o número de vítimas também aumenta.



Talvez a Obra de Arte mais copiada/imitada/relida/reproduzida de todos os tempos tenha sido a Mona Lisa de Leonardo Da vinci. Aqui a original (Louvre/Paris) acompanhada de duas cópias feitas por seus discípulos Salai ou Francesco Melzi (Prado/Madri) e de Salai – Gian Giacomo Caprotti (Louvre/Paris), seriam as primeiras cópias feitas no estúdio do próprio Da Vinci.



Ao longo do tempo, outros artistas tomaram a liberdade de relê-la, assim surgiram várias versões de “Mona Lisas” como as de Marcel Duchamp, Eugène Bataille e Fernando Botero. Não são cópias nem falsificações, mas releituras, reinterpretações e/ou proposições, neste caso: Jocondas jocosas...



Outras leituras artísticas como as de Ferdinand Lèger, Roy Lichtenstein e Andy Warhol dialogam com o contexto Moderno e contemporâneo revendo a obra de Da Vinci sob novas concepções estéticas que não se configuram como cópias e/ou reproduções, mas como novas possibilidades de interpretações conceituais.



As reproduções sempre foram modos de difundir e, ao mesmo tempo, inserir as obras no Sistema de Arte, seja com a finalidade de difusão ou informação como também de publiciza-las. Inicialmente por meio de desenhos ou gravuras, como é o caso da gravura em madeira identificada como “fiel ao original” de Leonardo, de Timothy Cole (1914).



À esquerda, reprodução em gravura de Las Meninas de Diego Velasquez por Francisco de Goya por volta de 1818-19, à direita, reprodução da mesma obra por Pierre Audouin, gravura em talho doce, de 1799.

Reproduções de Obras de Arte tornaram-se mais comuns a partir do surgimento da Fotografia. Na medida em que os processos técnicos e tecnológicos avançaram, tais reproduções se tornaram também mais precisas e eficientes.

Não há qualquer problema com as reproduções, pois elas servem para informar, dar a ver as características de uma Obra de Arte, mesmo que tenham ainda algumas variações e diferenças com relação às características das obras originais.

O acesso às reproduções cria a ilusão de que se tem acesso às Obras de Arte originais, no entanto, tal acesso é limitado pelas condições de tais reproduções que não corresponde fielmente ao original, contudo, o acesso às reproduções tem sido o meio que se tem para saber, pelo menos, um pouco sobre elas quando não se tem acesso às próprias obras. No entanto, esta facilidade, também possibilita a realização de cópias e falsificações, males do sistema...



A obra *Las Meninas* de Diego Velázquez, produzida entre 1656 e 1657, pertinente ao Museu do Prado em Madri. Reprodução da obra original.



Reprodução da mesma obra de Velázquez, em suportes e dimensões a escolher, disponível para aquisição por \$ 40,00, em site especializado via internet.

Obviamente, não há qualquer restrição ao se fazer uma cópia ou reprodução de qualquer Obra de Arte, seja para divulgação, ensino ou mesmo para uso em decoração, desde que respeitados os direitos de autor ou patrimoniais que possam ter, já que muitas já estão em domínio público. No entanto, no contexto atual, é muito difícil exercer o controle e a fiscalização sobre isto, o que acaba por facilitar a distribuição de estampas deste tipo, justamente pelas dificuldades apontadas.

No que diz respeito às imagens bidimensionais este problema já é grande mas também ocorre com obras tridimensionais como esculturas fundidas, por exemplo. Normalmente o artista produz uma matriz da obra para fundição em gesso, a partir de peça modelada e depois copiada neste material para ser recopiada e fundida. Em geral, a matriz em gesso fica sob a guarda da fundição durante o período em que a cópia será produzida. É também comum que se faça mais de uma cópia em metal.

Não há no país o hábito de numerar as esculturas copiadas em metal, neste caso, o autor ou o fundidor, podem reproduzir a peça mais de uma vez e, se por acaso, o autor deixar a reprodução em gesso à disposição da fundição, não há qualquer garantia de que não será reproduzida em outros momentos, especialmente, se o autor se tornar conhecido e suas obras desejadas. Aqui há um lapso legal que deve ser considerado pelos artistas, galeristas e leiloeiros com relação às obras de Arte deste tipo.

Tradicionalmente as técnicas de gravuras determinam que as cópias feitas de uma matriz sejam numeradas numa edição para que não se corra o risco de extrapolarem o número definido pelo artista. Tentou-se fazer o mesmo com a fotografia, estabelecendo um limite de cópias, contudo, isto não se tornou um hábito. Há também a questão dos Múltiplos, ou seja, séries de obras que partem da possibilidade de reprodução de uma imagem em que as cópias podem conter alterações em cada uma delas.

Publicação e Domínio Público.

Publicar é dar acesso público a algo. Uma publicação pode ser realizada de várias maneiras. Tradicionalmente se pensa a edição de algo como a publicação impressa difundida por meio de um jornal, livro e, hoje em dia, pela internet. As publicações físicas se tornam cada vez mais raras. As publicações podem ser também comerciais ou sociais. As comerciais se referem a produtos criados e editados com este fim.

Ao passo que há edições de caráter social, institucionais, publicitárias, entre outras possibilidades, que não são comercializadas, mas sim distribuídas sem ônus ao público. Na maioria das vezes as publicações comerciais são amparadas num campo de direito que é chamado de Direito Autoral. Normalmente um Autor cede o direito patrimonial para um Editor em troca de valores acordados entre eles, mas mantém a autoria. Por exemplo: quem detém o direito patrimonial e de comercialização da edição de um livro é a Editora o autor só detém a autoria.

O caso das Obras de Arte, isto é ainda pior. A partir do momento em que um artista comercializa sua obra, quer numa galeria, apreciador ou colecionador, cede automaticamente também todo o direito de propriedade e revenda, ou seja, nunca mais poderá reivindicar qualquer ganho advindo daquela sua obra, embora seja sempre reconhecido como seu autor. Por conseguinte, a obra não pode ser alterada, retalhada, sem incorrer em crime autoral. Não se pode pegar sequer uma parte e reeditá-la.

O Domínio Público é a liberação da obrigatoriedade de respeito ao direito patrimonial sobre uma dada obra. O Direito Autoral define que a partir de 70 anos da edição da uma obra, toda e qualquer reprodução pode ser realizada sem recolher qualquer valor ao detentor do direito patrimonial original. Contudo a autoria permanece *ad aeternum*...

O problema atinge outro aspecto: o direito de propriedade, caso seja uma Obra de Arte pertinente a uma coleção privada ou pública, podem haver restrições à reprodução e uso da imagem.

Um aspecto é que uma obra exposta num ambiente que não seja público e aberto (como praça pública, por exemplo), está sujeita a restrições de acesso ao ambiente. Ambientes privados como residências não podem ser invadidos, nem podem ser fotografados sem autorização expressa dos proprietários ou judicial. Museus, galerias e institutos também gozam deste direito e podem limitar o acesso e tomadas fotográfica em seu ambiente. Imagens tomadas informalmente não podem compor edições oficiais e comerciais.

Sabe-se então que todas as obras realizadas há mais de 70 anos fazem parte do Domínio Público, ainda assim, por conta também de fazerem parte de coleções privadas ou públicas, normalmente não poderão ser usadas em publicações sem que os proprietários das obras autorizem formalmente. Por isto é tão difícil que as publicações de Arte mostrem muitas obras, em geral, são poucas as autorizadas para uso editorial. Assim, o interesse na visitação se mant m.

Há uma certa tolerância no que diz respeito ao uso das imagens para fins de divulgação e educacionais, desde que não auferam ganhos. É onde se apoiam os meios de divulgação, especialmente de conteúdos, como esta publicação que é livre e aberta, cujo foco é a informação e o ensino e não qualquer tipo de ganho financeiro ou comercial. A questão de base deste texto é discutir a reprodução de obras com fins comerciais sem ciência ou autorização do autor ou proprietário: a Falsificação.

A Falsificação se caracteriza exatamente pela apropriação de características de obra ou autor com o fim de iludir, ludibriar, enganar outrem tendo em vista ganhos econômicos e financeiros. Como tal apropriação é feita à revelia autoral ou patrimonial agravada pela obtenção de lucro, se constitui em crime. A polêmica que citei inicialmente é o fato de que Damien Hirst, autor da série “Spots”, cuja imagem foi falsificada, ao invés de rechaçar tal ato, o incorpora ao seu acervo, por meio de sua assinatura.

Neste caso há duas questões a ponderar: uma diz respeito à questão da Autoria, ou seja, Hirst reafirma, por meio de sua assinatura, que a obra, embora uma reprodução de baixa qualidade feita à sua revelia, ainda preserva alguns elementos de sua identidade autoral e a chama de “Antibiótico”, talvez se referindo a um substrato tomado da obra original e a combate aplicando a “cura” assinando e incorporando ao seu acervo, assim impede sua propagação tornando-a inócua. Uma atitude propositiva, típica dele.

Outra diz respeito à quebra da lógica mercantil em que o autor ao vender sua obra deixa de auferir qualquer ganho nas revendas subsequentes. Ao assinar uma fraude, a autentica confrontando o mercado dizendo nas entrelinhas que qualquer obra, mesmo sendo imitação banal de uma de suas obras, se torna um Ready Made, passível de análise, crítica e revisão conceitual que, em última instância, coloca em xeque o próprio mercado de Obras de Arte.

Qualquer destes raciocínios é pertinente e estimula reflexões tanto sobre as questões autorais quanto mercantis que envolvem a produção artística especialmente nos dias atuais. Citei o Ready made em memória a Marcel Duchamp, o criador desta tendência apropriatória. Toda e qualquer coisa que um artista determinar que é uma Obra de Arte, será debatida, analisada, criticada, avaliada como Obra de Arte, mesmo que angarie contra ele toda a oposição de seu tempo.

As operações e reoperações estéticas, críticas e conceituais que se desenvolveram a partir do Modernismo abriram as portas para as crises e para os avanços na Arte contemporânea, tudo o que pareceu estranho naqueles momentos e tudo o que ainda parece estranho neste momento suscitam reflexões, análises e estimulam o conhecimento sobre Arte, seus modos de ser e estar no mundo em cada momento e lugar. Não cabe aqui qualquer apoio ao *laisses faire*, mas ao olhar com atenção e tecer o conhecimento.

Ao mesmo tempo, a segunda polêmica dada no início, foi a apropriação da Falsificação da mesma série de Hirst que fez Richard Silver. Neste caso, o que ele fez foi uma lesão ao patrimônio alheio ao comercializar algo não original como se original fosse. Embora tenha alegado que acreditava ser original pois havia recebido juntamente com as obras documentos de autenticidade, é de se duvidar que, por mais ingênuo que fosse, não suspeitasse que se tratava de falsificações. Neste caso, atua como intermediador.

Repassa adiante as obras e pode-se pensar também em dois motivos para isto: um é admitir sua ingenuidade e inocência e que repassa as obras sem qualquer conhecimento do engodo; outro é que percebe o engodo em que se enredou e quer se livrar dele cobrindo seu prejuízo e ainda auferindo lucro sobre outrem. O segundo caso é o mais provável, inclusive foi este que determinou as penas a ele imputadas. A Falsificação é uma fraude amparada na má fé.

Muitos falsários, alguns aqui citados anteriormente, justificam que usaram suas habilidades de alta performance técnica em projetos de falsificação por não obterem o devido reconhecimento no Sistema de Arte como artistas.

É possível que isto tenha de fato ocorrido e que, ao seu tempo, não tenham tido oportunidade de inserção no circuito e no sistema por qualquer motivo alheio à sua vontade ou por falta de acesso ao circuito artístico ou mercantil.

Contudo, é também possível admitir que os altos valores auferidos por eles com tais fraudes não seriam obtidos pela venda de suas próprias obras durante muitos anos. Por isto podem ter optado por atuar como imitadores falsificando obras de autores cuja fama e mercado já estavam estabelecidos pelo sistema para gerar ganhos substanciais. O fato é que, embora os falsários tenham habilidades técnicas e dominem com perfeição o desenho, a pintura, não se dispõem a dominar os procedimentos, processos e proposições atuais.

Embora sejam exímios artesãos, não admitem que os tempos mudaram e que sua atitude é anacrônica, por isto, enveredam pelo caminho das falsificações, ao invés de buscar associar suas habilidades ao contexto contemporâneo. Ao meu ver uma destas estratégias de vincular habilidades ao anacronismo foi realizada por *Jeff Koons* na série “*Gazing Balls*”, na qual são reproduzidas à mão com perfeição Obras de Arte de artistas tradicionais incorporando a elas bolas azuis que refletem o entorno. Ao lado a Mona Lisa de Da Vinci, O Beijo de Kint e Almoço na Relva de Manet.





A obra *Madona na Glória com os Santos*, 1500-01, de Pietro Peruginno, foi reproduzida em detalhes pelos assistentes de Jeff Koons, numa série nomeada de “Gazing Balls”, de 2015, na Gagosian Gallery. Não se tratam de cópias ou reprodução, já que altera suas dimensões e incorpora as bolas que refletem o entorno e assim convidam o espectador à participação, interação com a obra. Controversa ou não tal abordagem desafia a cópia e a reprodução, embora se coloquem como autorais. Vale um grande debate.

Bem, percebe-se que o limiar entre cópias, reproduções e falsificações é tênue e que depende de interpretações conceituais, estéticas e até mesmo jurídicas.

Dado ao momento atual em que as possibilidades técnicas, tecnológicas, estéticas e conceituais estão largas e abertas, fica muito difícil advogar que uma obra possa se enquadrar exatamente numa categoria ou noutra: seria cópia, reprodução ou falsificação. O que se sabe é que Falsificação tem nome e punição...

Contudo, esta certeza também é questionada no contexto atual e depende de análises, pois cada caso é um caso e como tal deve ser avaliado em todas dimensões. Enfim, estamos diante de novos tempos e novas obras, os desafios ao conhecimento e às pesquisas ocorrem o tempo todo e cabe aos estudiosos encontrar explicações e respostas. Por isto sempre digo que:

Em Arte nada se perde, tudo se cria e tudo se transforma.